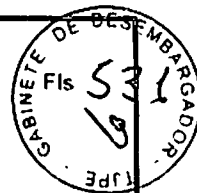




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

236



APELAÇÃO CRIME: Nº 194.697-8 – Afrânio
APELANTE: *Ministério Público do Estado de Pernambuco*
APELADO: Damião Antônio Dias Cruz
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

5711

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO SIMPLES. ABSOLVIÇÃO. JULGAMENTO EM CONFORMIDADE COM PARTE DA PROVA CONSTANTE DOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.

1 – A decisão do Tribunal do Júri somente pode ser anulada quando é arbitrária e encontra-se dissociada completamente da prova dos autos, o que não é o caso sob análise, já que a partir do depoimento de algumas das testemunhas, é plenamente possível que a conduta típica esteja acobertada pela excludente da legítima defesa.

2 - No caso dos autos, restou claro que os jurados optaram por uma das versões trazidas, devidamente confirmada por depoimentos constantes dos autos.

3 - É certo que o conjunto probatório como um todo não é plenamente conclusivo acerca da existência da legítima defesa, ou seja, não aponta para uma versão única do ocorrido. No entanto, estando a decisão do Tribunal do Júri em conformidade com parte, ainda que mínima, da prova trazida aos autos, o julgamento não pode ser anulado

4 – Recurso improvido. Decisão por maioria de votos, vencida a Revisora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 0194.697-8, oriundos da Vara Única da Comarca de Afrânio, em que figuram, como apelante, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, e como apelado Damião Antônio Dias Cruz, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em negar provimento ao apelo, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

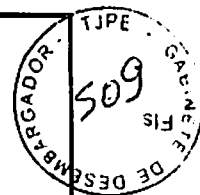
Recife, 04 de maio de 2010.


Des. *Mauro Alencar de Barros*
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

237



APELAÇÃO CRIME: Nº 194.697-8 – Afrânio
APELANTE: **Ministério Público do Estado de Pernambuco**
APELADO: Damião Antônio Dias Cruz
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo **Ministério Público**, em face da decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Afrânio que, conforme se vê da sentença de fl. 426, absolveu o réu DAMIÃO ANTÔNIO DIAS CRUZ (conhecido por "Borracha"), entendendo que o mesmo agiu em legítima defesa, em relação à acusação da infringência ao art. 121, caput do CP.

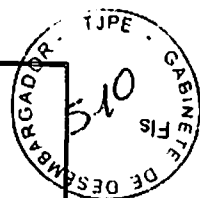
Consta da acusação que no dia 14.03.99, por volta das 01:30h, no interior do bar "O Madrugão", situado na BR 407, no município de Afrânio, o acusado Damião Antônio Dias Cruz, soldado da polícia militar, utilizando-se de um revólver calibre 38 do 5º BPM/PETROLINA, deflagrou diversos disparos contra a vítima João Batista da Silva, causando-lhe a morte.

Nas razões recursais (fls. 445/460), o Ministério Público pugna pela anulação do julgamento, sob o fundamento de que a decisão que absolveu o réu por legítima defesa foi manifestamente contrária à prova dos autos, pois a tese da defesa diz que o réu atirou em razão da vítima ter, em momento anterior, atirado contra ele, réu e contra seu companheiro de farda, o que não foi confirmado pela prova dos autos, ante os depoimentos de todas as testemunhas no sentido de que não viram a vítima atirar. Ainda o local dos tiros realizados à



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

238



queima roupa (rosto e pescoço) apontam que o acusado não estava em situação de legítima defesa.

Nas contrarrazões (fls. 486/491), a Defesa aponta que o acusado atuou em legítima defesa não ultrapassando os limites da moderação, pois a finalidade de sua conduta era proteger sua vida e a vida de terceiros. Ainda, sustenta que a vítima, antes do ocorrido, encontrava-se intimidando diversas pessoas, ora com uma arma na cintura, ora com arma em punho, representando perigo iminente à sociedade. Pugna pela manutenção da sentença.

Parecer da Procuradoria de Justiça em matéria criminal acostado às fls. 504/506, opinando, seu representante, pelo provimento do recurso para anular a decisão e submeter o acusado a novo julgamento popular.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 09 de novembro de 2009.

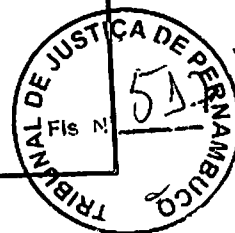
Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

REC-2009-1161/08-
GAB. DE DES. MAURO ALENCAR DE BARROS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

239



APELAÇÃO CRIME: Nº 194.697-8 – Afrânio
APELANTE: **Ministério Público do Estado de Pernambuco**
APELADO: Damião Antônio Dias Cruz
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

A Acusação afirma que o julgamento foi contrário a prova dos autos, por não restar configurado através dos elementos colhidos que o acusado estava em situação de legítima defesa, mormente, por não ter a vítima proferido nenhum disparo com a arma de fogo que portava.

De outro lado, a Defesa aponta que de fato restou provada a situação de legítima defesa, estando o julgamento em conformidade com a prova dos autos.

A Procuradoria de Justiça concluiu que a decisão tomada pelos jurados não encontra suporte na prova trazida aos autos, aduzindo que a injusta agressão, atual ou iminente, não restou demonstrada.

Conheço do apelo e passo a analisar as razões suscitadas.

Analisando os autos, observo que a tese apresentada pela Defesa e acolhida pelo Corpo de Jurados, de que o acusado praticou o crime em legítima



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

240



defesa encontra respaldo em algumas das provas trazidas aos autos, não podendo, portanto, ser anulado o julgamento.

Extrai-se da prova acostada que a vítima estava armada de revólver e bebendo no boteco "o Madrugão", e em razão dos frequentadores do bar reclamarem o fato ao dono do bar, este pediu a vítima para se retirar, o que foi atendido pela mesma.

Posteriormente, a vítima voltou ao bar ainda armado, o que motivou Antônio José da Silva a procurar os policiais militares que estavam de frente ao bar, para que tomassem providências.

Os policiais entraram no bar e ao se aproximarem da vítima, a reação desta, que não ficou clara pelas provas trazidas, motivou a conduta do policial Dias, de desferir tiros contra João Batista da Silva.

O acusado afirmou na fase do inquérito que ao se aproximar da vítima, ela sacou da arma que portava e efetuou alguns disparos, que não sabe precisar quantos, em direção ao Soldado Luiz, razão pela qual sacou seu revólver e efetuou dois disparos sem intenção de atingir a vítima, que se encontrava a uma distância de um metro e meio (fl. 32/33). Ainda, afirmou que agiu de tal forma, no intuito de defender o Soldado Luiz.

Em Juízo, reiterou o depoimento anteriormente firmado, sustentando que ao se aproximar da vítima juntamente com o soldado Luiz, aquela sacou da sua arma e deflagrou contra o interrogado e seu colega (fl. 65).

Das testemunhas ouvidas na fase do inquérito policial, José Teles Gomes, informou que não presenciou qualquer discussão envolvendo a vítima e outra pessoa que se encontrava no bar, bem como que não sabe informar os motivos do crime ou se houve discussão entre o acusado e a vítima (fls. 20/21).

Em Juízo, afirmou não ter presenciado os fatos, mas que esteve no local do crime antes do ocorrido e tomou cerveja com a vítima, somente sabendo dos fatos através do dono do bar quando retornou ao local após o crime (fls. 90). Quando reinquirido pelo Juízo, ratificou seu depoimento (fl. 256).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

241



O Sr. José Zito de Brito afirmou perante a autoridade policial, que não ouviu qualquer comentário sobre uma possível discussão entre acusado e a vítima, aduzindo ainda que, na ocasião, falava-se que o acusado tinha apreendido a arma que a vítima portava e em seguida havia desferido disparos de arma de fogo (fls. 23/24).

Em Juízo, afirmou não ter presenciado o crime, mas estava próximo ao local do crime quando ouviu os tiros, e ao chegar ao local, as pessoas não afirmaram que a vítima tinha discutido com alguém (fl. 91). Posteriormente, confirmou tal depoimento (fl. 257).

A testemunha Antônio José da Silva afirmou perante a autoridade policial que não sabe dizer se a vítima esboçou qualquer reação, podendo dizer que viu o soldado Luiz segurando a mão da vítima, ocasião que o acusado, que estava próximo, desferiu tiros contra João (fls. 26/28).

Em Juízo, afirmou que em todo momento que a vítima estava no bar, não viu se a mesma fez gesto de atirar ou até mesmo se ameaçou alguém, afirmando ainda que não percebeu se houve alguma discussão no momento dos disparos (fl. 87/88).

O dono do bar, Sr. Luiz da Silva, afirmou em Juízo que quando a vítima voltou a seu bar estava com o revólver na cintura, quando lhe disse que não ia mais servi-lo, ao que a vítima insistiu e ele, depoente, disse que apenas ia dar uma dose para que a vítima fosse embora, voltando a atender seus clientes. E quando deu por si já escutou uns tiros e viu o pessoal correndo numa agonia danada, não sabendo dizer se houve discussão entre os policiais e a vítima, pois não escutou nada (fl. 89). Confirmou seu depoimento quando reinquirido (fl. 256).

O Soldado Luiz Wanderlite Pereira afirmou perante a autoridade policial que ao se aproximar da vítima no dia dos fatos, quando alguém afirmou "é a polícia", ela, vítima, sacou um revólver calibre 38 que portava na cintura, apontou em direção ao declarante e efetuou um disparo, não o atingindo pelo fato deste ter se esquivado (fl. 36).



Em Juízo, confirmou seu depoimento, reafirmando que quando alguém gritou "é a polícia", a vítima sacou o revólver e atirou em direção a ele, depoente, vindo o soldado Dias a atirar contra a vítima, não sabendo precisar quantos tiros foram dados por cada um deles (fl. 211). Ainda, afirmou que receoso que alguém pegasse a arma da vítima, ele pegou a arma, levou-a para o quartel e entregou ao Cabo Osias, sustentando que não efetuou disparos com a arma da vítima.

A testemunha Maria Marlene de Souza afirmou na fase do inquérito que segundo comentários, o acusado apenas atirou para se defender, em virtude da vítima já ter saído de sua residência portando arma de fogo (fl. 46).

Em Juízo, afirmou que uma pessoa pediu para que os policiais desarmassem a vítima, e logo em seguida o acusado e o soldado Luiz partiram em direção à vítima, e daí ela depoente só ouviu os tiros. Ainda, afirmou que não ouviu nenhuma discussão entre vítima e acusado e não ouviu dizer que a vítima tenha apontado a arma para alguém (fl. 93).

A testemunha João Batista Inácio Vieira afirmou durante a investigação criminal que quando os soldados se aproximaram da vítima, a uma distância de aproximadamente um metro, **esta última fez um movimento com uma das mãos em direção a sua própria cintura**, ocasião em que o soldado Dias sacou de sua arma e desferiu alguns disparos em direção à vítima. Afirmou, ainda, que não sabe informar se a vítima efetuou algum disparo em direção ao acusado. (fl. 48).

Em Juízo, afirmou que **os policiais chegaram perto da vítima que se virou assustada**, ocasião em que o acusado aqui presente de logo atirou contra a mesma. Ainda, afirmou que não houve discussão no momento em que os policiais se aproximaram da vítima, não sabendo dizer se a vítima se virou com a arma em punho, vendo apenas que quando a vítima se virou o policial de logo atirou. Sustentou que a vítima apenas estava encostada no balcão, mas não ameaçou nem apontou a arma para ninguém (fl. 94).



A referida testemunha João Batista Inácio ainda afirmou tanto em Juízo quanto na fase do inquérito, que o soldado Luiz afirmou para o acusado "O que foi que tu fez rapaz? Você matou o rapaz".

Francisco Xavier Alves não presenciou o crime, mas se dirigiu ao local logo após ouvir os tiros, tendo afirmado em Juízo que as pessoas não afirmaram ter havido discussão antes dos tiros (fl. 92), confirmando seu depoimento quando reinquirido (fl 257).

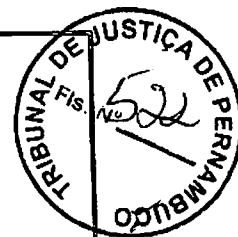
Como se vê, a única testemunha que afirmou ter a vítima atirado contra o acusado foi o Soldado Luiz, que acompanhava o acusado no momento do crime. As demais testemunhas não apontam a ocorrência de tiros, mas João Batista Inácio Vieira afirmou que o acusado fez o gesto de levar a mão à cintura para pegar a arma quando os policiais se aproximaram, aduzindo em Juízo que a vítima se virou assustada.

É certo que os fatos na forma narrada pelas testemunhas estão um pouco confusos, deles não se extraindo uma versão clara para o que realmente aconteceu no dia do crime em relação a reação da vítima quando da abordagem dos policiais.

A perícia balística apontou que as duas armas apreendidas, tanto a do acusado, como a que a vítima portava, realizaram disparos (fls. 78/84), não podendo precisar quanto tempo transcorridos da realização dos tiros.

Ainda que a vítima não tenha deflagrado tiros, o fato da mesma levar a mão à cintura para pegar a arma no momento da aproximação dos policiais, fato este relatado pela testemunha João Batista Inácio, isso por si só é suficiente para caracterizar a situação de legítima defesa, por fazer supor ao acusado que a vítima pudesse atirar, ou seja, que ele acusado ou terceiros pudessem sofrer uma agressão, considerada iminente.

No entanto, além dessa prova, ainda há o depoimento do Soldado Luiz, que afirma ter o réu atirado contra eles, policiais, quando da aproximação junto à vítima. Como se vê, apesar deste depoimento não encontrar ressonância



com as demais provas, além da versão apresentada pelo acusado, serviu para dar sustentação à decisão tomada pelos Jurados.

Sendo assim, dos fatos narrados através dos depoimentos trazidos aos autos, percebe-se que é possível que tenha ocorrido a situação configuradora da legítima defesa, por ter a vítima realizado uma atitude que poderia ser interpretada como uma iminente agressão injusta, vez que levar a mão à cintura, sabendo o acusado que a vítima estava armada, gera, em contrapartida, a tendência a praticar uma conduta de defesa.

E sendo assim, estando a decisão dos jurados baseada em alguns dos elementos de prova trazidos aos autos, que apontam para a possibilidade da ocorrência da legítima defesa, não há fundamento legal para anulação da decisão, devendo ser mantido o veredicto do Tribunal Popular.

Como se sabe, a decisão do Tribunal do Júri somente pode ser anulada quando é arbitrária e encontra-se dissociada completamente da prova dos autos, o que não é o caso sob análise, já que a partir do depoimento de algumas das testemunhas, é plenamente possível que a conduta típica esteja acobertada pela excludente da legítima defesa. No caso dos autos, restou claro que os jurados optaram por uma das versões trazidas, devidamente confirmada por depoimentos constantes dos autos.

É o entendimento do STJ, como se pode confirmar:

(...) 1. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, **o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas.**

(...) (REsp 680.286/AP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2007, DJ 14/05/2007 p. 374) Grifos nossos

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO DESCLASSIFICADA PARA LESÕES CORPORAIS LEVES. JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

245



I - Quando a decisão do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri é manifestamente contrária à prova dos autos, a sua cassação pelo e. Tribunal de Justiça não viola a soberania dos veredictos. (Precedentes).

II - Por outro lado, a jurisprudência assentou-se no sentido de que, **havendo duas versões para o fato, e desde que ambas estejam apoiadas em elementos de convicção colhidos no decorrer da instrução - mínimos que sejam -, aquela que vier a ser acolhida pelos jurados não poderá ser tida como inválida.**

III - Ressaindo dos autos que a versão agasalhada pelo Conselho de Sentença encontra amparo em prova (testemunhal) produzida pela defesa, que não somente a versão do acusado, deve ser mantida a decisão que desclassificou a conduta narrada na denúncia para lesões corporais leves.

Ordem concedida.

(HC 129.276/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2009, DJe 26/10/2009) Grifos nossos.

É certo que o conjunto probatório como um todo não é plenamente conclusivo acerca da existência da legítima defesa, ou seja, não aponta para uma versão única do ocorrido. No entanto, estando a decisão do Tribunal do Júri em conformidade com parte, ainda que mínima, da prova trazida aos autos, entendo que o julgamento não pode ser anulado.

Por tais razões, discordando do Parecer da Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso do Ministério Público, mantendo-se a decisão do Tribunal do Júri.

Recife, 04 de 05 de 2010 .

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



246



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

APELAÇÃO CRIME N.º 194697-8 - AFRÂNIO (Vara Única).
APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco.
APELADO: **Damião Antônio Dias Cruz**.
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros.
REVISOR: Desa. Helena Caúla Reis.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa.
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador de Justiça:

Recorre o Ministério Público Estadual pretendendo a reforma da decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Afrânio, que, acolhendo a tese de legítima defesa, absolveu o Policial Militar, **Damião Antônio Dias Cruz**, qualificado às fls. 02 dos autos, do crime que lhe era imputado por infração ao disposto no art. 121 *caput* do Código Penal Brasileiro.

Narra a denúncia que, na madrugada do dia 14 de março de 1999, por volta de 01:30 horas, o apelado, utilizando-se de um revólver calibre 38, de propriedade da Polícia Militar, assassinou, com diversos disparos **João Batista da Silva**, fato ocorrido no interior do bar "Madrugão", sito à BR 407, no Município de Afrânio-PE.

Nas razões de recurso, o **Parquet** pugna pela anulação do **decisum**, determinando-se que o apelado seja submetido a novo julgamento, ao argumento de que a decisão absolutória fere frontalmente a prova carreada aos autos (fls. 430/444).

A defesa contra-arrazoou, manifestando-se pela manutenção da sentença absolutória (fls. 487/491).

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Nilton de Oliveira Barbosa, ofereceu parecer, opinando pelo provimento da apelação (fls. 504/506).

No caso vertente, a materialidade do delito está, cabalmente, comprovada pelo Laudo de Perícia Tanatoscópica (fls. 17).

Por outro lado, não vislumbro nos autos a ocorrência de agressão injusta ou iminente que dê suporte à tese abraçada pelo defensor do apelado e erroneamente acatada pelo Conselho de Sentença. É que, nos seus Interrogatórios, o apelado narra os fatos afirmando que, somente, praticou o delito em comento, tendo em vista a vítima ter efetuado disparos em direção a ele e ao seu colega de farda, **Luiz Vanderlito Pereira** (fls. 31/34, 65/65verso e 421/423).

Por outro lado, o mencionado **Luiz Vanderlito**, única testemunha que, quando ouvido na fase investigatória, confirmou a versão do acusado (fls. 36 e 211), em Juízo, retratou-se, afirmando que



247



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

não viu a vítima atirando, recordando-se que, após escutar o disparo de um ou dois tiros, percebeu a mesma, caída ao solo, com a arma em punho (fls. 270).

As demais testemunhas, também presentes no local dos fatos narrados na denúncia, não presenciaram qualquer discussão, nem viram a vítima efetuar qualquer disparo contra **Damião Antônio Dias Cruz**, ora apelado.

Consoante se percebe, a versão acolhida pelo Conselho de Sentença, apoiou-se, tão-somente, na palavra do absolvido, visto que o conteúdo dos autos não indica a presença da excludente da legítima defesa cuja prova é ônus do réu, conforme pacífica jurisprudência que transcrevo:

"Não cabe ao acusador ônus de provar a inexistência de causa excludente de responsabilidade invocada pelo réu. O ônus de provar incumbe a quem faz a alegação" (RT - 07/151). No mesmo sentido: 658/314.

"A legítima defesa para que possa ser acolhida, precisa ficar provada, e a prova é ônus do réu, sendo insuficiente a simples alegação" (RT 671/346).

Outro não é o entendimento do douto Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, em o seu bem lançado parecer, quando, ao apreciar o presente feito, posiciona-se, na essência:

"(...) De logo, observa-se que não agiu o apelado em legítima defesa, posto que, para se configurar tal excludente, faz-se necessário que o agente esteja repelindo injusta agressão, atual ou iminente, o que não ficou demonstrado nos presentes autos. Embora tenha o apelado declarado, em seu interrogatório (fls. 65), que a vítima havia disparado contra ele e seu colega Luiz, razão pela qual efetuou os disparos que provocaram a morte da mesma, essa afirmativa não obteve respaldo no depoimento das testemunhas, exceto no depoimento do soldado Luiz Vanderlito Pereira, o qual chegou a declarar em seu primeiro depoimento (fls. 211) '...que saíram juntos na mesma direção e quando ouviram alguém gritar 'é a polícia e nesse momento a vítima repentinamente sacou do revólver e atirou em direção a ele, depoente, que quando viu o soldado Dias atirou contra a vítima...'.

Ocorre que em novo depoimento, em razão da anulação do primeiro, o soldado Luiz, às fl. 270, modificou suas declarações, informando 'que não viu a vítima atirando, apenas ouviu um ou dois tiros e, quando percebeu, a vítima já estava caída no chão...'

Analisando os depoimentos das testemunhas Antônio José da Silva, Luiz da Silva e João Inácio Imão, que estavam no local no momento do fato, observa-se que em nenhum momento houve menção a qualquer discussão ou ação por parte da vítima que justificasse ter o apelado disparado contra a mesma (...)" (fls. 505/506).

Com essas considerações, concordando integralmente com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, dou provimento à apelação, para determinar que **Damião Antônio Dias Cruz** seja

2



248



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, eis que a decisão atacada apresenta-se manifestamente contrária à prova dos autos.

É como voto.

Recife, 05 de maio de 2010.

Desa. Helena Caúla Reis

Revisora



249

529

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 04 05 2010
APELAÇÃO CRIME Nº 194697-8 - AFRÂNIO
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
APELADO : LUIZ VICENTE BERTI TORRES SANJUAN E OUTRO
RELATOR : DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR
REVISORA : DESEMBARGADORA HELENA CAÚLA REIS

RELATÓRIO ÀS FLS. 509/510 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 517/523 DOS AUTOS.

VOTO DA REVISORA ÀS FLS. 524/526 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO

Tenho uns processos do Júri, tive o máximo de cuidado quando se trata de anulação respeitando a decisão dos jurados. Mesmo em alguns votos faço o registro, mesmo que aquela decisão não pareça tecnicamente a mais apropriada.

Nesse aqui, realmente, a opção dos jurados nos parece ser a tecnicamente menos viável. No entretanto, a vítima estava no bar, armado, e o dono do bar, preocupado com a vítima, bebendo armado, aciona os policiais. A vítima sai, e depois volta ao bar e continua bebendo armado.

Há também nos autos, de que ao exame das armas verificou-se que a arma da vítima tinha sido acionada, embora o laudo não diga quando essa arma foi utilizada, mas, que de fato, ela foi utilizada. Evidente, se levarmos em consideração: num bar, uma pessoa bebendo, e que aqueles que estavam ali juntos. Isso é uma ilação, já que o Júri trabalha, também, com essas suposições. Eram amigos da vítima, evidentemente que todas elas poderiam até se manifestar dizendo que a vítima nada fez, que não reagiu, que não sacou ou que não tomou nenhuma atitude.

O que nos parece, também, teria sido uma atitude precipitada dos dois militares que, sendo chamados, vão e chamam o fulano. Este se volta e o policial, intempestivamente, sendo um policial, vai e dispara atingindo a vítima.

Entretanto, é como disse o Des. Relator. É uma tese que, de fato, foi apresentada também para o Júri. Precária. O testemunho do policial, o testemunho da testemunha, como V. Exa. bem observou, na polícia deu um



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

depoimento; no juízo deu um outro. Entretanto, pela soberania do Júri, o direito é liberdade da escolha da tese que lhe pareceu mais viável. Havia nessas circunstâncias, uma segunda tese, ela não está inteiramente afastada, a vítima estava armada, o revólver da vítima, segundo o laudo, teria disparado, a testemunha do policial que estava junto, a outra testemunha que admite que a vítima quando caiu estava de arma na mão.

Então, por essa razão, respeitando, como tenho respeitado o máximo a soberania do Júri, pedindo vênica da Desa. Revisora, acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADORA HELENA CAÚLA REIS (REVISORA)

Pois não. Só uma observação, não para defender voto.

Infelizmente, tecnicamente, a balística não dispõe de elementos para dizer que uma arma disparou, a não ser que seja imediatamente após, pelo cheiro, pela temperatura, fora disso, qualquer um de nós, que tenha uma arma, se for feito o exame dirá se alguma vez fez um disparo, dirá que aquela arma já disparou. Não existe, tecnicamente, infelizmente, como precisar isso. Ele poderia ter disparado essa arma, há dois meses atrás....(interrompido)

DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO

Foi por isso que fiz essa observação, porque o próprio Des. Mauro, no voto dele, disse isso, não há como, a perícia não sabe...(interrompido)

DESEMBARGADORA HELENA CAÚLA REIS (REVISORA)

Estou só colocando também porque só pode ser até sete dias, mais ou menos, por modificações do cano da arma, é possível detectar alguma coisa. Passado esse período, não se pode mais. Só diz que disparou.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A REVISORA, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO."
